

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.460 - CE (2019/0163851-5)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE : TOPPLANT COMERCIO DE MUDAS LTDA
ADVOGADOS : SÍLVIA PAULA ALENCAR DINIZ E OUTRO(S) - CE009620
THAIS MOREIRA ANDRADE VIEIRA - CE023247
FERNANDA GONÇALVES DINIZ FROTA - CE023215
JOSÉ HOLANDA NETO - CE035669
JAMIRES KAREN BEZERRA DE MELO - CE038090
ARGEMIRO FELIZARDO VIEIRA NETO - CE037315
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Agravo Interno interposto contra decisão da Presidência que não conheceu do Recurso Especial por intempestividade.

A parte recorrente afirma:

Na decisão ora atacada, o juízo recorrido sustenta que “Mediante análise do recurso de TOPPLANT COMERCIO DE MUDAS LTDA, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 08/01/2019, sendo o recurso especial interposto somente em 11/02/2019”.

Acredita-se que o equívoco da decisão monocrática ocorreu nesse ponto: a intimação do acórdão não foi realizada em 08.01.2019 (...)

EXA., com a devida vênia, a intimação do Recorrente ocorreu em data de 22.12.2018, conforme da Planilha de Expedientes do próprio sistema informatizado do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5, que abaixo colaciona-se (junta-se também aos autos digitais), e não na data informada na decisão aqui agravada, qual seja, 08.01.2019, atestando que o prazo final para apresentar recurso ao Acórdão seria o dia 11 de fevereiro de 2019, como de fato foi feito, senão vejamos:

(...)

Apesar do protocolo ter sido realizado após 15 (dias) úteis, está tempestivo, haja vista a ocorrência do recesso forense nacional, instituído pelo Código de Processo Civil, em seu Art. 220, que se iniciou em 20 de dezembro de 2018 e findou em 20 de janeiro de 2019, portanto, o Código de Processo Civil chancela a tempestividade do Recurso Especial.

Pleiteia a reconsideração do *decisum* agravado ou a submissão do recurso à Turma.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 22.11.2019.

Assiste razão à insurgente.

Com efeito, a intimação da recorrente se deu em 22.12.2018. Tendo em vista a suspensão dos feitos entre 20 de dezembro a 20 de janeiro determinada pelo art. 220 do Código de Processo Civil, concluiu-se que o recurso foi interposto tempestivamente.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTAGEM DE PRAZO. TEMPESTIVIDADE. PRECEDENTE DO STJ. RESP 975.807/RJ. PROVIMENTO.

1. Cuida-se de inconformismo contra acórdão do Tribunal a quo que considerou intempestivo os Embargos à Execução.

2. Na visão do magistrado há diferenciação entre a regra da "suspensão de prazo" (iniciando a contagem do prazo no dia seguinte ao término do interstício) e de "recessos e férias" (quando o início do prazo se no dia seguinte ao do início). Essa distinção tinha sua raiz na dualidade de formas entre Justiça Estadual e Federal para se conceder o período sem labor entre fim de dezembro e início de janeiro. Na Justiça Federal era aplicada a Lei 5.010/1966, que considerava férias forenses. Na Justiça Estadual, por ato do Tribunal de Justiça, reputava-se suspensão de prazos. 3. Contudo, o STJ, ao analisar a dicotomia de tratamento e a dificuldade para o advogado e para o acesso à Justiça, decidiu unificar o procedimento, optando pela vertente que menos restringia o direito das partes.

Nesse diapasão, pacificou a matéria no julgamento do REsp 975.807/RJ, assim ementado: Processo civil. Prazo. Recesso natalino.

Suspensão de prazos por ato de Tribunal, na esfera cível. Hipótese diferente do feriado forense, estabelecido pela Lei 5.010/66 pra a Justiça Federal. Divergência quanto a contagem. Uniformização. - Na esfera federal, a Lei nº 5.010/66 estabelece feriado forense no período compreendido entre 20 de dezembro de um ano, e 6 de janeiro do ano subsequente. Portanto, qualquer publicação feita nessa data considera-se ocorrida no primeiro dia útil subsequente (art. 240, § único, do CPC), e a contagem do prazo de que dispõe a parte para impugnar a matéria objeto da publicação, inicia-se no primeiro dia útil seguinte (184, §2º do CPC). - No âmbito cível, não há regra equivalente à da Lei nº 5.010/66, de modo que o período compreendido entre 20 de dezembro e 6 de janeiro não configura feriado forense. A suspensão de prazos durante esse período decorre de mero ato do Tribunal. Assim, em princípio, no âmbito cível, as publicações ocorridas durante o recesso são válidas, ficando apenas suspenso o prazo, que se inicia no primeiro dia útil imediatamente posterior à suspensão. - Essa diferença de regulação quanto a matéria levou a jurisprudência a estabelecer precedentes adotando um critério diferente de contagem de prazos, para a

Justiça Federal e para a Justiça Estadual. - Tal diferença de tratamento para situações semelhantes implica desnecessária confusão para os advogados, prejudicando a realização do direito daqueles a quem representam.

Não há sentido em estabelecer, para situações idênticas, duas regras distintas. O processo tem de viabilizar, tanto quanto possível, a decisão sobre o mérito das causas. Complicar o procedimento, criando diferenças desvinculadas de causas objetivas, implicaria prestar enorme desserviço à administração da justiça. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 975.807/RJ, Relator: Ministro Humberto Gomes de Barros, Relator p/ Acórdão Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, DJe 20/10/2008).

4. Recurso Especial provido.

(REsp 1806756/MA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 17/06/2019)

Superado o obstáculo processual, passo à análise do recurso.

Trata-se de Recurso Especial interposto, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado:

TRIBUTÁRIO. CONVERSÃO DA MULTA EM OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. APELAÇÃO. DESPROVIMENTO.

I - A Obrigação Acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

II - " (...)Busca a impetrante provimento jurisdicional apto a determinar a correção da inscrição de seu débito, deixando o mesmo de estar no campo "principal" e passando a constar no campo "multa", por se tratar de obrigação acessória. Afirma que referida alteração lhe possibilita maior vantagem na inclusão de seu débito no Programa Especial de Regularização Tributária - PERT pela Medida Provisória nº 783/2017, em 31.05.2017. O deslinde da questão cinge-se à definição da natureza jurídica da dívida sob comento. Compulsando os autos, observo que o débito surgiu em razão da multa aplicada pela Superintendência Federal de Agricultura do Ceará, convertida posteriormente em valor principal. O art.

113, § 3º do CTN é expresso nos seguintes termos: "Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.(...) Conforme se verifica na legislação acima citada, a inscrição do débito da impetrante no campo "principal" decorre da conversão da multa - obrigação acessória que foi inadimplida, a qual se converteu em obrigação principal quando da inscrição do débito em Dívida Ativa da União. Cuida-se de aplicação direta da legislação aplicável à espécie, no caso o Código Tributário Nacional, art. 113.

Assim, não há qualquer possibilidade ou justificativa para alterar o valor do campo "principal" para o campo "multa", conforme

requerido pelo impetrante..". III Quanto aos Honorários Recursais, ante o não provimento da apelação, majora-se a condenação dos - autores em honorários advocatícios, a título de honorários recursais (art. 85, parágrafo 11, do CPC/2015), em 2%.

A parte recorrente afirma que houve, além de divergência jurisprudencial, ofensa ao art. 43 da Lei 10.711/2003.

Acrescenta que "se tratando de crédito não tributário, não se aplica, ao caso, a norma do art. 135 do CTN, por força da disposição contida no art. 4º, § 2º, da Lei nº 6.830/80".

Contrarrazões às fls. 545-549.

A Corte *a quo* consignou:

Estabelece o parágrafo 3º, do art. 133 do CTN que "a obrigação acessória, pelo simples fato de sua Obrigação Acessória inobservância, converte-se em principal relativamente à penalidade pecuniária." obrigação Neste sentido, adoto, como razões de decidir, a fundamentação da tão bem lançada Sentença:

"(..) Inicialmente, cabe ressaltar que, em virtude da informação da impetrante, no sentido de que já realizou o pagamento do debito, com os benefícios fiscais concedidos pelo PERT, bem como com a devida inscrição no débito no sistema da Fazenda Nacional, não há falar-se em descumprimento da decisão judicial. Quando da apreciação do pedido liminar cuidei de me manifestar exaustivamente sobre o mérito do presente mandamus. Mantenho o entendimento esposado na decisão mencionada, cuja fundamentação jurídica passo a descrever, data venia o posicionamento do egrégio Tribunal Regional Federal da 5.ª Região exposto na decisão que deu provimento ao agravo de instrumento interposto pela parte impetrante. Busca a impetrante provimento jurisdicional apto a determinar a correção da inscrição de seu débito, deixando o mesmo de estar no campo "principal" e passando a constar no campo "multa", por se tratar de obrigação acessória. Afirma que referida alteração lhe possibilita maior vantagem na inclusão de seu débito no Progr ama Especial de Regularização Tributária - PERT pela Medida Provisória nº 783/2017, em 31.05.2017. O deslinde da questão cinge-se à definição da natureza jurídica da dívida sob comento. Compulsando os autos, observo que o débito surgiu em razão da multa aplicada pela Superintendência Federal de Agricultura do Ceará, convertida posteriormente em valor principal.

O art. 113, § 3º do CTN é expresso nos seguintes termos:

"Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

(...) § 3º A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principalrelativamente à penalidade pecuniária".

Conforme se verifica na legislação acima citada, a

inscrição do débito da impetrante no campo "principal" decorre da conversão da multa - obrigação acessória que foi inadimplida, a qual se converteu em obrigação principal quando da inscrição do débito em Dívida Ativa da União. Cuida-se de aplicação direta da legislação aplicável à espécie, no caso o Código Tributário Nacional, art. 113.

Assim, não há qualquer possibilidade ou justificativa para alterar o valor do campo "principal" para o campo "multa", conforme requerido pelo impetrante.

Não se pode conhecer da irresignação contra a violação do art. 43 da Lei 10.711/2003, pois a tese legal apontada não foi analisada pelo acórdão hostilizado. Ausente, portanto, o indispensável requisito do prequestionamento, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada". Acrescento que a recorrente não opôs Embargos de Declaração a fim de sanar possível omissão no julgado.

Ainda que assim não fosse, o entendimento adotado pela acórdão impugnado encontra-se em consonância com o do STJ.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO – MULTA DE OFÍCIO DECORRENTE DE INOBSERVÂNCIA DE NORMAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA QUE SE TORNA PRINCIPAL – ART. 113, § 3º, DO CTN – NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA – PAES – REDUÇÃO DA MULTA – ART. 1º, § 7º, DA LEI N. 10.684/03 – INAPLICABILIDADE.

1. A questão federal trazida a esta Corte resume-se na possibilidade de aplicação da previsão do benefício contido no § 7º do artigo 1º da Lei n. 10.684/03 nos casos de multa de ofício, decorrente de infração consubstanciada na inobservância das normas do Ministério da Agricultura.

2. O ponto nodal da questão está em saber se o tributo objeto da execução possui caráter acessório ou principal.

3. O § 3º do artigo 113 do CTN dispõe que o descumprimento de uma obrigação acessória pode gerar a aplicação de uma penalidade pecuniária que, por sua vez, consubstancia-se em uma obrigação principal.

4. Como o comando legal contido no § 7º do artigo 1º da Lei n. 10.684/03 refere-se a "valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício", depreende-se que a disposição não abarca obrigação principal nascida da penalidade aplicada pela autoridade administrativa.

Recurso especial improvido (REsp 1022752/SC, 2ª T., Min. Humberto Martins, DJe de 07/04/2009, grifei).

TRIBUTÁRIO. PARCELAMENTO FISCAL. ART. 1º, §

7º, DA LEI 10.684/03. ANISTIA PARCIAL. MULTAS DE MORA OU DE OFÍCIO. MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. NÃO ABRANGÊNCIA. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. ART. 111, I, DO CTN. PRECEDENTE. RECURSO PROVIDO.

(REsp 989.193/PR, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 18/12/2009)

Quanto à afronta aos arts. 25 da Lei 12.016/2009 e 20 do CPC/1973, melhor sorte assiste à parte insurgente.

Isso porque, na origem, cuida-se de Mandado de Segurança, não havendo, portanto, condenação ao pagamento de verba honorária. Por consequência, impossível o arbitramento de honorários recursais, razão pela qual o recurso deve ser provido quanto ao ponto.

Por tudo isso, **reconsidero a decisão agravada e, na sequência, conheço parcialmente do Recurso Especial e, nessa parte, dou provimento apenas para excluir a condenação em honorários recursais.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator